

# Os sócios do futuro

PAULO RABELLO DE CASTRO

Em 15 de janeiro do próximo ano estará eleito o novo Presidente da imensa companhia que se chama BRASIL S.A. No dia seguinte, refeito da euforia da sua vitória política, o presidente-eleito terá que se preocupar com o que vai prometer no seu discurso de posse aos 130 milhões de acionistas dessa companhia.

Para impor a credibilidade vital ao sucesso de sua administração, o próximo presidente deverá mostrar, inequivocamente, que sabe o caminho por onde teremos todos que passar, do Brasil da crise para o Brasil da prosperidade, com equilíbrio social.

Mas, afinal, será que existe este caminho? O Brasil, realmente, tem futuro? Esta é a questão fundamental que agita as expectativas de todos os brasileiros. Penso que a maioria acredita num futuro melhor. Mas creio também que a maior parte dos brasileiros já não tem mais noção de quais os rumos que o Brasil pode tomar. Daí a importância crucial da elaboração de um plano de ação absolutamente articulado, abrangente e, ao mesmo tempo, simples e transparente, para imediata compreensão de todos. Este é o imenso desafio reservado ao próximo governante.

Procurarei desenvolver aqui alguns conceitos úteis à discussão desse caminho com base nas pesquisas que professores e empresários vêm realizando há quatro anos na Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais (CEDES).

Uma das principais constatações surpreendentes da investigação sobre o BRASIL S.A. é que se trata de uma companhia com fantástico potencial de produção — que costuma fascinar os estrangeiros, apesar da incredulidade de muitos patrióticos — embora hoje, totalmente sufocada por um mar de dívidas cujos prazos de vencimento são muito mais curtos do que o ciclo operacional de produção do país.

Portanto, a chave da realização do Brasil do futuro exige a completa reorganização do perfil dessas dívidas. O que acontece, atualmente, é que a Cia. Brasil deixou de operar para alcançar o seu potencial produtivo e mergulhou no trabalho servil de apenas gerar recursos para o serviço crescente das suas dívidas. A manifestação mais óbvia dessa insuportável pressão exercida pelo endividamento de prazo curto é o incrível patamar da taxa de juro real no nosso mercado interno.



Paulo Rabello de Castro, Coordenador Acadêmico da Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais (Cedes)

E preciso então parar para conversar seriamente com os nossos credores, propondo-lhes uma nova composição de pagamentos. E quem são esses credores? São os detentores dos créditos externos, da ordem de US\$ 100 bilhões, que hoje nos exigem US\$ 20 bilhões por ano em juros e amortizações e, ainda, os detentores dos créditos internos.

No caso da dívida interna, a dimensão do problema é ainda mais grave. Somente no setor público (Governo Federal, governos estaduais e municipais, empresas estatais e Previdência Social) os compromissos financeiros são bem superiores a Cr\$ 60 trilhões, a maior parte dos quais tem que ser rolada a cada ano, dentro do sistema bancário e no mercado de títulos públicos.

O caráter implacável da cobrança do serviço dessas dívidas (interna e externa) tem dois efeitos terríveis e inevitáveis: o achatamento dos salários e a elevação dos juros. Como consequência, a recessão interna.

Pior ainda: diante da falta de perspectivas criada no País, aos brasileiros — que são os acionistas do BRASIL S.A. — não resta senão passarem a agir também como credores de uma dívida vencida (a dívida social), cuja cobrança imediata, sob a forma de recomposição de salários, bônus de casa própria, subsídios diversos, expansão de aposentadorias, ameaça agora destruir o que restava da precária estrutura financeira nacional.

Como atender a tantas demandas de milhões de acionistas que se rebelam contra novas "chamadas de capital" (via maxidesvalorização, aumento de impostos, contenção salarial, etc.) apenas para servir a uma dívida de companhia sem futuro? No caso do BRASIL S.A., resta apenas ao governante tentar iludir tais demandas com mais emissão de dinheiro, que não cria riqueza nem empregos, mas gera mais inflação...

Dentro dessa voragem infernal de dívidas, nos moldes atuais, o Brasil realmente não tem solução, qualquer que seja a mágica conta-

bil ou o artifício monetário que se proponha para escamotear a verdade da luta surda por fatias imaginárias de um todo minguante.

Este será, de fato, o cerne da grande renegociação global que o Brasil deverá enfrentar imediatamente, se quiser voltar a realizar seu potencial produtivo sem pressões inflacionárias, juros altos e insatisfação social.

E quais as bases dessa renegociação?

Trata-se, fundamentalmente, de devolver aos brasileiros a vontade de esperar por ganhos futuros através de investimentos no presente, que é a postura do acionista confiante. E isso começa pelo exemplo a ser dado pelos credores internos e externos, que devem ser estimulados a trocar parte substancial de seus créditos, hoje exigíveis a prazo curto demais, em participações acionárias.

No tocante à dívida interna, a saída está em nossas mãos: boa parte dos débitos de Governo (inclusive das estatais) pode ser trocada por ações ordinárias ou preferenciais hoje em poder da União, o que promoveria não só uma desestatização gradativa e salutar da economia, como também seria uma operação realizada sem desnacionalização indesejável, ou qualquer perda do controle da gestão empresarial, quando isso fosse julgado inconveniente.

Ao mesmo tempo, entre outras medidas sugeríveis, é urgente instituir um esquema de participação dos empregados nos lucros das empresas em que trabalham, mediante a constituição de um fundo por contribuição da empresa, do qual os empregados possam sacar anualmente os respectivos dividendos e, no fim de sua carreira, o principal acumulado.

Medidas dessa natureza, tanto na área pública quanto particular, são as que realmente contribuirão para elevar a produção e a produtividade no país, devolvendo o Brasil S.A. à rota do crescimento sem inflação.

Não creio que a nação queira continuar alimentando a atual competição destruidora na qual se confrontam credores externos, internos e a população desesperada, numa luta sem vencedores por fatias de uma aparente massa falida.

O próximo Presidente precisa convocar o povo e os credores a se tornarem sócios do nosso futuro. PAULO RABELLO DE CASTRO é Professor de Economia da FGV e Coordenador Econômico da CEDES.